

TEMÁTICA #1

Conectividade nas redes municipais de ensino

Uma análise de programas e contratações de serviços de acesso à internet no contexto educacional, a partir de atos públicos identificados nos diários oficiais de 9 municípios brasileiros, no período de 2020 a 2022

REALIZAÇÃO:



OPEN KNOWLEDGE
BRASIL

RESUMO EXECUTIVO

→ As **Temáticas** integram uma série de análises sobre tecnologias na educação municipal, a partir dos atos publicados nos diários oficiais coletados pelo [Querido Diário](#). Elas jogam luz sobre temas que foram identificados nos **Panoramas**, que, por sua vez, são análises periódicas que captam tendências, inovações e práticas recorrentes nas redes.

→ A **Temática #1** trata sobre **conectividade na rede municipal de ensino**, especialmente sobre políticas e serviços de acesso à internet contratados para atender as necessidades de professores e estudantes no período mais crítico da pandemia.

→ Cidades como Florianópolis (SC), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) recorreram à oferta de “**internet patrocinada**” — cada uma fez uso de uma modalidade de licitação distinta para esse fim; esse tipo de serviço ajuda a enfrentar as desigualdades de conectividade, mas acende alertas sobre limitações na experiência de navegação e riscos para a privacidade da comunidade educativa.

→ Programas de **ajuda de custo**, sobretudo a profissionais da educação, foram identificados em locais como Manaus (AM) e Maceió (AL); chama a atenção a falta de informações sobre o alcance da iniciativa, sua efetividade e continuidade. Mesmo recorrendo a pedidos via LAI, não pudemos obter dados que possam ter embasado a formulação dessa política ou de sua avaliação.

→ A aquisição de tecnologias de infraestrutura para **internet nas escolas**, como conexão de banda larga por fibra ótica, foi minoria entre as publicações coletadas — provavelmente pelo período estudado, que priorizou medidas de ensino remoto; ainda assim, aparecem contratações desse tipo em Jundiaí (SP) e Araguaína (TO), explicitando diferentes estratégias — respectivamente de forma **centralizada** e **descentralizada**, diretamente nas escolas.

→ **Dificuldades de acesso à informação** marcaram a produção desta análise; foram encontradas e documentadas barreiras que vão desde a ausência de documentos em portais da transparência, até a impossibilidade de registrar solicitações por limitações nos sistemas eletrônicos de informação ao cidadão (e-SIC), como o caso de Belém (PA).

¹ Data de publicação: 29 de junho de 2023.

APRESENTAÇÃO

Integrando uma série de análises sobre a adoção de tecnologias na educação municipal brasileira, a partir de buscas nos diários oficiais utilizando o [Querido Diário](#), a **Temática #1** tem como objetivo aprofundar o tema da **Conectividade**, especialmente as políticas e contratações de serviços de internet nas redes e escolas municipais.

Este é um dos temas identificados no [Panorama #1 - Radar das tecnologias na educação nos municípios](#), no período entre janeiro de 2020 a abril de 2022 — marcado pela pandemia de Covid-19 e pelas diversas soluções adotadas pelos governos municipais de forma emergencial para garantir a continuidade das atividades educacionais.

Inicialmente, foram analisados 183 resultados em 20 cidades² e, entre os casos, selecionados aqueles que envolviam a instituição de políticas de conectividade e a contratação de serviços de internet (pontos de internet, pacote de dados, fornecimento de chip, internet patrocinada, entre outros). Depois desse filtro, as cidades analisadas foram: Araguaína (TO), Belém (PA), Florianópolis (SC), Jundiaí (SP), Maceió (AL), Manaus (AM), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

Para fazer essa análise, consultamos os arquivos disponibilizados em portais de transparência, de compras públicas e sites dos governos municipais. Foram realizadas buscas ativas pelas leis, decretos e contratos identificados nas publicações que encontramos nos diários oficiais. Também realizamos uma série de pedidos de acesso à informação para obter mais detalhes sobre os programas e serviços contratados, grupos beneficiados, modalidade e base legal de contratação — itens que não pudemos encontrar nas ferramentas de transparência consultadas.

A íntegra dos documentos e contratos que foram encontrados nos portais municipais ou obtidos via LAI podem ser acessados no [Catálogo](#) do **Querido Diário: Tecnologias na Educação**.

² Araguaína (TO), Belém (PA), Boa Vista (RR), Campo Grande (MS), Caxias (MA), Cuiabá (MT), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Jaboatão dos Guararapes (PE), Jundiaí (SP), Maceió (AL), Manaus (AM), Natal (RN), Palmas (TO), Petrolina (PE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Sumaré (SP).

POR QUE CONECTIVIDADE

Ao longo da pandemia Covid-19, os órgãos públicos precisaram se adaptar à suspensão das atividades presenciais e enfrentar diversos desafios para garantir o acesso às políticas públicas por parte dos cidadãos. No âmbito educacional, foi preciso acelerar a adoção de tecnologias para minimizar os impactos da suspensão das atividades presenciais e viabilizar o ensino remoto para continuidade, ainda que parcial, do processo de aprendizagem.

O acesso à internet era a condição básica para que outras soluções de manutenção das atividades escolares pudessem ser utilizadas e aproveitadas, como uso de aplicativos e redes sociais para comunicação, plataformas de gestão e de aprendizagem. No Brasil, a desigualdade no acesso à internet é alarmante, o que privou muitos estudantes de acessarem o conteúdo pedagógico remotamente ao longo da pandemia.

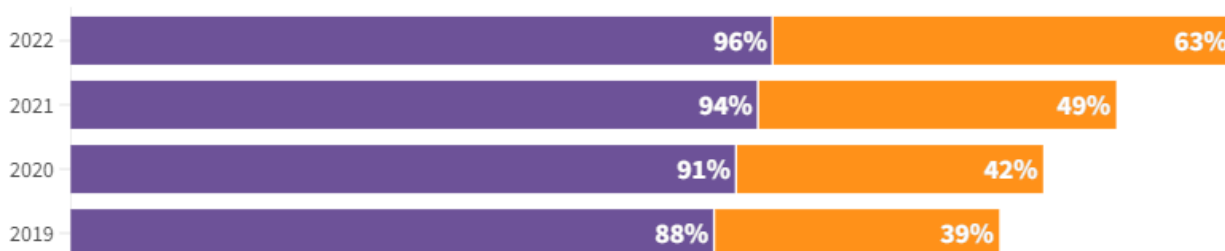
Pouco se sabe sobre como as escolas das redes municipais atravessaram esse difícil período. A pesquisa TIC Educação 2021³, que coletou dados a partir da entrevista com professores entre outubro de 2021 e maio de 2022, dá algumas pistas importantes. Quase a totalidade (incluindo todas as redes) das entrevistadas diz ter aplicado algum tipo de atividade remota (98%), sobretudo com o celular (93%). Mas as desigualdades aparecem – entre públicas e privadas, entre urbanas e rurais, e entre tipos de administração, sendo as municipais o elo mais fraco dessa corrente.

Enquanto 26% afirmaram não ter recebido nenhum tipo de apoio, 11% disseram ter tido acesso a chips, algum apoio financeiro (21%), receberam equipamentos (36%) ou tiveram acesso a aplicativos e sites pedagógicos (58%). Além disso, uma grande parte (91%) dos professores da rede pública relatou que havia dificuldades para os alunos acessarem a internet em seus domicílios.

A infraestrutura de conectividade das escolas também está longe de ser ideal, como mostram os dados do Censo Escolar:

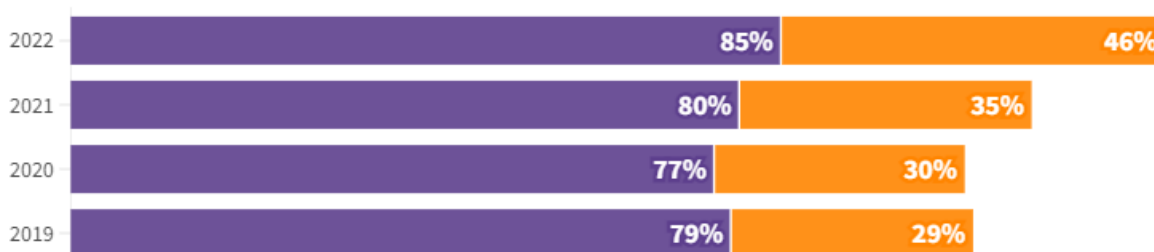
³ Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. (2022). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2021. São Paulo: CGI.br. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121124124/tic_educacao_2021_livro_eletronico.pdf

Acesso à Internet nas escolas municipais (%) ■ Urbanas ■ Rurais



Fonte: QEdU - Dados do Censo Escolar. Disponível em: <<https://gedu.org.br/brasil/censo-escolar>>

Acesso à banda larga nas escolas municipais (%) ■ Urbanas ■ Rurais



Fonte: QEdU - Dados do Censo Escolar. Disponível em: <<https://gedu.org.br/brasil/censo-escolar>>

Quase todas as escolas municipais nas áreas urbanas possuíam acesso à internet (96%) em 2022, enquanto o acesso em escolas das áreas rurais saltou de 39% para 63% entre 2019 e 2022. Mesmo com esse aumento relevante, a desigualdade entre as duas áreas é alarmante. Já a internet banda larga, que tem maior velocidade de conexão, é menos presente nas escolas municipais. Na área urbana, a taxa de acesso se manteve mais ou menos estável entre 2019 e 2021, chegando a 85% em 2022. Na área rural, esse tipo de conexão vem crescendo, mas não chegou a metade das escolas (46%) em 2022.

Ao longo da pandemia, as soluções buscadas de forma emergencial foram diversas e ainda será necessário avaliar o impacto e a efetividade que as medidas tiveram no sentido de ampliar esse acesso e garantir condições equitativas para os educandos. Aqui, pretendemos jogar luz sobre algumas dessas ações por parte das gestões municipais para que a internet chegue nas escolas e no cotidiano de professores, estudantes e

profissionais da educação. E também apontamos preocupações que essas medidas podem gerar em termos de transparência e integridade das contratações, além da privacidade da comunidade educativa.

DESDOBRANDO O TEMA

Para responder como as redes municipais têm garantido acesso à internet para profissionais da educação e estudantes é importante entender como a gestão municipal operacionaliza esses contratos e os diferentes desenhos de políticas implementadas.

Para isso, a partir da análise dos resultados no tema, filtrados dentro do escopo de políticas de conectividade e tecnologia de infraestrutura, foram analisados os resultados cujos objetos de contrato estivessem relacionados à contratação de **pontos de internet, pacote de dados, fornecimento de chip e internet patrocinada**.

Políticas de conectividade

As políticas de conectividade estão relacionadas às diretrizes, normas e iniciativas implementadas com o objetivo de garantir o acesso à internet por parte de professores, estudantes ou profissionais da educação que atuem tanto nas escolas quanto na administração municipal. Especialmente no período da pandemia de Covid-19, muitos municípios adotaram essa medida para viabilizar a continuidade das atividades pedagógicas em ambientes virtuais. Confira as principais ações encontradas:

INTERNET PATROCINADA

Trata-se de um sistema em que a gestão municipal custeia o consumo de dados móveis dos usuários para que seja possível acessar gratuitamente a internet, muitas vezes limitando esse acesso a conteúdos pedagógicos e aplicativos pré-definidos. Em geral, as **principais características** desse tipo de serviço são:

- Envolvimento das principais operadoras brasileiras de telefonia e dados móveis: Claro S.A., TIM S/A, Telefônica Brasil S.A. e Oi Móvel S.A.

- O objeto dos serviços contratados é estabelecido em volume estimado de MB (megabytes) a serem consumidos durante o uso de dados móveis por parte dos beneficiários.
- Fornecimento de uma interface (como um aplicativo) para que os estudantes façam uso da internet de forma “controlada”, ou seja, em sites previamente autorizados ou no volume de dados previsto.



Onde observamos?

Em **Florianópolis (SC)**, foram identificados processo de contratação⁴ de serviços de pacotes de dados móveis com fornecimento de chip para toda a rede municipal de educação. Em atas de registro de preço estabelecidas a partir de 2021, há exigências para uso exclusivo de internet móvel - sem uso de ligações telefônicas e envio de SMS - e menção explícita sobre a possibilidade de uso de aplicativos como WhatsApp e Telegram.

Em **Salvador (BA)**, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) firmou contrato⁵ para prestação de serviço de **internet patrocinada com fornecimento de chip 4G/3G**, para que os estudantes da rede municipal pudessem acessar o aplicativo pedagógico “Smed Conectada”. O app funciona como porta de entrada para a plataforma digital da empresa paulistana Escola Mais Educação S/A, com que a SMED firmou **acordo de cooperação** para que os estudantes de Salvador acessassem seu conteúdo durante a pandemia. O benefício foi destinado à estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino de Jovens e Adultos II (EJA).

Foram adquiridos 33 mil chips para atender os estudantes. Firmado em julho de 2020, no valor de 2.9 milhões e com vigência de seis meses, o contrato foi prorrogado duas vezes por mais seis meses, até dezembro de 2021, custando o mesmo valor inicial.

Em **Recife (PE)**, **quatro contratos**⁶ foram estabelecidos para fornecimento de internet móvel patrocinada, com objetivo de garantir o acesso aos estudantes e professores da rede municipal. Foram beneficiados⁷ os estudantes do ensino fundamental I e II e do EJA; inscritos em programas educacionais municipais (Acelera, Se Liga, Travessia); professores, gestores e técnicos da Educação.

⁴ Contratos nº 824/2020 com a CLARO S.A.; nº 899/2021 com a CLARO S.A. e nº 114/2022 com a TIM S.A..

⁵ Contrato nº 95/2020 com a Oi Móvel S/A.

⁶ Contratos: nº 14011.018/2021 com a TIM S/A; nº 1401.1020/2021 com a TELEFONICA BRASIL S/A; nº 1401.1019/2021 com a OI MOVEL S.A e nº 1401.1.017/2021 com a CLARO S.A..

⁷ Informações obtidas via Lei de Acesso à Informação.

No Rio de Janeiro (RJ), o acesso de estudantes e professores ao aplicativo Escola.Rio⁸ é gratuito, um serviço custeado pela prefeitura a partir de contratos com as principais operadoras do país, no modelo de internet patrocinada. Nove contratos foram encontrados nos diários oficiais da cidade sobre esse tipo de contratação e quatro deles, que totalizam 40 milhões de reais, foram fornecidos na íntegra pela Secretaria Municipal de Educação.

As cidades optaram por diferentes modalidades para o mesmo tipo de objeto. Em Recife, a prefeitura realizou processo de *credenciamento* de fornecedores; em Salvador, foi realizado um *pregão eletrônico*. Florianópolis fez uma *Ata de Registro de Preço*, também por meio de *pregão*, mas tendo a possibilidade de solicitar a quantidade a ser utilizada de acordo com a demanda. No Rio de Janeiro, o método adotado foi de inexigibilidade de licitação, com a contratação direta de grandes operadoras.

Existem ao menos dois pontos que merecem atenção sobre esse tipo de serviço. O primeiro é que as **limitações de conteúdo podem ampliar as desigualdades no acesso à educação e dificultar o acesso à informação**. A experiência de acessar a internet patrocinada de forma limitada a apenas uma “pequena parte” da web é bastante diferente do acesso integral que outros estudantes e professores podem ter em seus domicílios, quando têm essa oportunidade. Caso limite o acesso apenas a aplicativos autorizados, o acesso a outras fontes de informação, sites noticiosos, streaming de vídeos e repositórios de conhecimento livre, enfim, fica prejudicado.

Essa é uma forma que se assemelha ao *zero-rating*, situação em que as operadoras oferecem acesso gratuito a alguns aplicativos, como Facebook e Whatsapp, sem que os usuários consumam dados de seus pacotes (neste caso, porém, o custeio é feito pelas prefeituras). Essa prática já foi apontada como um dos fatores que contribuem para a **desinformação**, pois as pessoas que fazem uso desses aplicativos não têm como checar o conteúdo dos links que recebem, ficando restritas às manchetes distorcidas e mentirosas dos aplicativos de mensageria⁹.

⁸ Plataforma de apoio e aprendizagem voltada para professores, estudantes, pais e responsáveis criada em 2020. Saiba mais em

<<https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-lanca-aplicativo-escola-rio-com-internet-gratuita-para-alunos-da-red-e-municipal/>>.

⁹ Convergência Digital. *Zero rating incentiva a disseminação das Fake*. Abril de 2023. Disponível em <<https://www.convergenciadigital.com.br/Telecom/Zero-rating-incentiva-a-disseminacao-das-Fake-News-63065.html>>.

Em segundo lugar, a internet patrocinada, quando mediada por aplicativos que controlam o tráfego de dados, recebe críticas por favorecer mecanismos de **vigilância** e exposição dos usuários à publicidade. O aplicativo “Escola Mais” identificado em Salvador, por exemplo, tornou-se objeto de fiscalização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD),¹⁰ após a organização internacional Human Rights Watch ter denunciado a coleta de dados de estudantes para fins de publicidade por meio deste e de outros 6 aplicativos oferecidos por redes de ensino.

PROGRAMAS DE AJUDA DE CUSTO

A concessão de ajuda de custo para contratações de dados móveis foi uma medida adotada para garantir o acesso à internet por parte dos profissionais da educação durante o período da pandemia. As principais características desse tipo de programa são:

- Pagamento mensal de determinada quantia para custear pacotes de internet e dados móveis para profissionais da educação.
- Os programas foram instituídos por meio de projetos de lei elaborados pelo poder Executivo e aprovados pelas Câmaras Municipais.
- Foram beneficiadas diversas categorias de servidores da Educação, como professores, pedagogos, diretores, auxiliares de sala, apoio administrativo, secretários e gestores escolares.

Onde observamos?¹¹

Em **Maceió (AL)**, o Programa Profissionais da Educação Digital¹² beneficiou servidores da Educação municipal com o pagamento mensal de R\$ 125, no período de janeiro de 2021 a novembro de 2022. Vale destacar a obrigatoriedade da comprovação da

¹⁰ Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Processos de Fiscalização. Disponível em <<https://www.gov.br/anpd/pt-br/composicao-1/coordenacao-geral-de-fiscalizacao/processos-de-fiscalizacao>>.

¹¹ Foram registrados pedidos de acesso à informação para mais detalhes sobre o orçamento destes programas, seu processo de formulação e se a vigência chegou a ser prorrogada. Os pedidos seguem em tramitação, em instância recursal, por falta de resposta.

¹² Lei Municipal nº 7.114/2021.

utilização integral do benefício para custear planos de acesso à internet, mediante apresentação de contrato com operadora.

Em **Manaus (AM)**, por meio do Programa Auxílio Conectividade¹³, os profissionais da Educação receberam dez parcelas mensais, entre março e dezembro de 2021, no valor de R\$ 70, a título de ajuda financeira para contratação de serviços de dados e internet.

Aqui, chama a atenção a falta de informações públicas sobre o alcance da iniciativa, sua efetividade e continuidade. Mesmo formulando pedidos de acesso à informação, **não podemos obter dados que possam ter embasado a formulação dessa política ou de sua avaliação**. Isso pode indicar que as iniciativas foram experimentais e paliativas, não havendo indícios de que tenham sido incorporadas como ações permanentes das redes.

Tecnologias de infraestrutura

Os serviços de internet contratados para atender a educação municipal e garantir o acesso à internet por parte das unidades de ensino e da Secretaria de Educação envolvem diferentes serviços, fornecedores e tipos de contrato. As políticas de conectividade se desdobram em contratações e serviços técnicos, de tecnologia e infraestrutura, para viabilizar a conexão com a rede e atender as necessidades pedagógicas e da gestão educacional.

INTERNET NAS ESCOLAS

Muitos contratos publicados nos diários oficiais dizem respeito ao fornecimento de acesso à internet para unidades de ensino municipais. Essas contratações acontecem em formatos diferentes - em alguns casos, as próprias unidades escolares têm autonomia para contratar serviços de internet. Mas, com maior frequência, a Secretaria Municipal de Educação é responsável por viabilizar o fornecimento de links de internet para estudantes e corpo docente/administrativo. De forma geral:

¹³ Lei Municipal nº 2.733/2021, regulamentada pelo decreto nº 5.061/2021.

- Há envolvimento das principais operadoras brasileiras de telefonia e dados móveis: Claro S.A., TIM S/A, Telefônica Brasil S.A. e Oi Móvel S.A, quando se trata de contratação centralizada; já em contratos locais, há pequenos fornecedores que fazem a intermediação do serviço.
- A principal modalidade licitatória identificada para contratação desse tipo de serviço foi a ata de registro de preço, seguida da dispensa de licitação, sempre justificadas pela Lei Federal nº 8.666/93.

Onde observamos?

Em **Araguaína (TO)**, foram identificados 27 contratos firmados para contratação de serviços de internet por parte das unidades escolares. A lei municipal nº 3.192/2020 dispõe sobre a gestão do ensino público municipal e dá autonomia administrativa e financeira às unidades escolares, em nome da direção e associação de pais e mestres. Não foram fornecidas informações e a íntegra dos contratos solicitados via LAI.

Em **Jundiaí (SP)**, os serviços de fornecimento de links de acesso à internet em fibra óptica para unidades de ensino, voltados para gestão escolar, são contratados¹⁴ e fornecidos pela Companhia de Informática de Jundiaí (CIJUN) - empresa de economia mista do município.

Em **Recife (PE)**, os contratos¹⁵ para prestação de serviços de internet são estabelecidos para atender a Secretaria Municipal de Educação. Além de atenderem as unidades administrativas e educacionais, de acordo com informações obtidas via Lei de Acesso à Informação, os serviços também são direcionados a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, matriculados na rede municipal de ensino, na modalidade já mencionada de internet patrocinada.

É preciso fazer uma investigação mais aprofundada sobre as motivações para as redes adotarem o modelo centralizado ou descentralizado de contratação — uma discussão que envolve fatores como economia de escala e a autonomia das unidades educacionais. Pelos

¹⁴ Contratos nº 022/2021, nº 112/2021 e nº 217/2022.

¹⁵ Contratos nº 1401.1.24/2020 com a TIM S/A; nº 1401.1.047/2021 com a TELECOM SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EM INTERNET LTDA.

casos analisados, não foi possível identificar parâmetros claros de preço e de qualidade (velocidade e volume) da internet oferecida nessas aquisições.

ACESSO À INFORMAÇÃO: BARREIRAS E DESAFIOS

A Lei de Acesso à Informação, ou LAI (Lei nº 12.527/2011) prevê a transparência ativa por parte dos órgãos públicos de todos os contratos celebrados em seus portais eletrônicos. Para a elaboração da **Temática #1 - Conectividade**, foi fundamental buscar informações sobre os contratos estabelecidos, essencialmente por meio dos documentos na íntegra.

Das cidades analisadas, todas possuem Portal da Transparência e área de busca para contratos. Em alguns casos, foi possível acessar fichas técnicas com informações resumidas sobre as contratações, como no caso de Florianópolis (SC). Porém, somente em Recife (PE) foi possível acessar informações sobre os contratos e os documentos na íntegra.










Ainda assim, mesmo quando disponíveis, é comum que os documentos de contrato não sejam acompanhados de **Termos de Referência** que originaram aquele processo. Esse documento é importante pois é nele que estão especificadas as características dos bens e serviços adquiridos, assim como condições de prestação de serviço — o que seria fundamental para entender, por exemplo, como os fornecedores devem assegurar a privacidade da comunidade educativa.

A indisponibilidade de informações nos Portais da Transparência implicou na solicitação de um grande volume de informações por meio de pedidos registrados nos sistemas eletrônicos de informação ao cidadão (e-SIC) das cidades. Diante desse cenário, barreiras foram encontradas - muitas não superadas - nesse processo. Foram registrados 15 pedidos de acesso à informação, mas **somente quatro cidades responderam de forma completa os itens solicitados** (Jundiaí-SP, Florianópolis-SC, Recife-PE e Salvador-BA). Na maior parte das cidades, os pedidos foram respondidos de forma incompleta ou não respondidos e levados às instâncias recursais, que seguem em tramitação¹⁶.

Confira [neste documento](#) a íntegra dos pedidos efetuados, organizados de acordo com a classificação de atendimento às solicitações.

¹⁶ Tramitações estão correndo em Maceió (AL), Manaus (AM) e Rio de Janeiro (RJ).

Resumo da tramitação por cidade

CIDADES	Nº de pedidos enviados	Nº de pedidos respondidos integralmente	Nº de recursos apresentados	Nº Respostas parciais	Nº Respostas integrais	Atendimento final
Araguaína (TO)	2	0	2	1	0	
Belém (PA)*	—	—	—	—	—	
Florianópolis (SC)	2	0	2	0	2	
Jundiaí (SP)	1	1	0	0	1	
Maceió (AL)	1	0	1	0	0	
Manaus (AM)	1	0	1	0	0	
Recife (PE)	3	3	0	0	3	
Rio de Janeiro (RJ)	3	0	1	1	0	
Salvador (BA)	1	0	1	0	1	

* O sistema não permitiu o registro do pedido. Foram feitas diversas tentativas e encaminhadas solicitações de reparo por e-mail e pelo sistema da Ouvidoria, sem sucesso. Provavelmente, o erro é causado por algum tipo de formatação que não foi explicado ou orientado pelo órgão.

Documentação

Acesse o [catálogo](#) de documentos de interesse sobre o tema conectividade

Baixe o [anexo](#) com a íntegra de pedidos de informação e respectivas respostas

Sobre o Querido Diário - Tecnologias na Educação

O [Querido Diário](#) é uma tecnologia aberta desenvolvida pela Open Knowledge Brasil (OKBR) para facilitar o acompanhamento dos diários oficiais municipais. Com ela, é possível buscar todos os atos públicos das cidades já incorporadas à plataforma. Agora, colocamos uma “lupa” em toda essa massa de dados para dar visibilidade a um tema urgente: a adoção de tecnologias na educação.

A ferramenta é capaz de identificar e coletar todos os atos relacionados ao universo das tecnologias na educação. Contratações, normas e decisões sobre infraestrutura, conectividade, robótica, softwares e serviços contratados: tudo é categorizado pelos robôs e armazenado neste repositório. Além de consultar os atos, a ferramenta permite criar alertas para receber, por e-mail, atualizações sobre assuntos de interesse. E para quem também constrói tecnologias, é possível conectar-se ao Querido Diário para criar novas aplicações ([entenda como funciona](#)).

Sobre a OKBR

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013.

Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: ok.org.br.

Apoio

Este relatório foi produzido no âmbito do projeto “Querido Diário - Tecnologias na Educação”, da Open Knowledge Brasil, com o apoio da Aliança entre a Fundação Lemann e a Imaginable Futures.

APOIO:

